

VISÕES PORTUGUESAS ACERCA DA ÁFRICA NO FINAL DO MEDIEVO

Kátia Brasilino Michelanⁱ

Resumo: No final do mês de agosto de 1415, as naus portuguesas desembarcaram no norte da África e tomaram a cidade de Ceuta. Tal evento, a princípio inserido em uma série de ataques ibéricos ao mundo islamizado, começa a ganhar, no final do século XV e início do XVI – com a chegada dos portugueses às Índias Orientais e ao Novo Mundo –, novos sentidos, a saber, o de marco inicial da expansão portuguesa além-mar e o de início do império marítimo português. Vale questionar, assim, o que a África representava para os homens que foram testemunhas do avanço português além-mar. Ou melhor, deve-se levar em conta até que ponto as imagens e os conhecimentos que os portugueses possuíam sobre a África – suas terras, suas riquezas, seus mares e sua gente – estiveram presentes na maneira como a exploração e a conquista da costa africana foram conduzidas. Parte-se da ideia de que as referências oriundas dos conhecimentos bíblicos e dos antigos constituíram-se nas principais fontes que alimentaram as visões veiculadas acerca do continente africano e as relações com este lugar.

Palavras-chave: História Medieval; Portugal; África; guerra aos mouros; expansão marítima.

Abstract: In August 1415, the Portuguese carracks disembarked in the North of the Africa and took the city of Ceuta. Such event, which was at first part of a series of Iberian attacks to the Arabian world, started acquiring new meanings: the starting point of the Portuguese expansion overseas and the beginning of the Portuguese maritime empire, at the end of the fifteenth century and early sixteenth. It's important to know, what Africa represented for men who were witnesses to the Portuguese advance overseas. In other words, the central issue here is whether the images and the knowledge that the Portuguese had on Africa contributed to the way the exploration and conquest of the African coast were conducted. It starts with the idea that the references coming from the Bible and the ancient knowledge were constituted the main sources that fueled the views transmitted about the African continent and the relationship with this place.

Keywords: Medieval History; Portugal; Africa; war to the Moor; maritime expansion.

O primeiro elemento que salta aos olhos na descrição dos cronistas medievais portugueses acerca da África é a importância religiosa desse território na guerra contra o islã. Para o cronista Gomes Eanes de Zurara (141?-1474), *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*,ⁱⁱ escrita, possivelmente, entre 1452 e 1453, uma razão que teria levado o infante D. Henrique (1394-1460) a mandar seus navios para as partes remotas da África foi a conjectura de “que o poderio dos Mouros daquela terra d'África, era muito maior do que se comumente pensava”.ⁱⁱⁱ Dessa

forma, seria natural e prudente querer “saber o poder de seu inimigo”; assim, o infante armou navios para “determinadamente conhecer até onde chegava o poder daqueles infiéis”.^{iv} Ou seja, Zurara conjuga na figura de D. Henrique a vontade de saber e o empenho religioso, uma vez que o que declara buscar saber é acerca do poderio dos inimigos dos cristãos. A África, a propósito, fora e continuava sendo um território emblemático para os cristãos, pois teria sido berço de muitos santos e mártires do cristianismo, terra de vivências religiosas de várias comunidades monásticas e pertencente, por direito, ao povo de Cristo;^v como é o caso de Santo Agostinho, lembrado por Zurara por ter sido bispo na África.^{vi} O poeta e dramaturgo Gil Vicente (1465-1536), no limiar do século XVI, ao rememorar a glória dos portugueses pelos mares, retoma e define a relação desse povo com a África a partir da noção de pertencimento: “Deveis senhores esperar/ em Deus que vos há de dar/ toda África na vossa mão/ África foi de Cristãos/ mouros vo-la tem roubado”.^{vii} Tal noção de direito sobre a terra sintetizada por Gil Vicente, no século XVI, fazia parte dos argumentos dos cronistas para a conquista da África, pois, tendo pertencido no passado aos cristãos, seria do agrado divino a sua recuperação; desta forma, os cristãos deveriam ficar confiantes, pois Deus estava do lado deles.^{viii} A ideia de pertencimento, a propósito, serviu como uma das bases jurídicas da noção de *guerra justa*, ideia essa muitas vezes retomada como argumento legitimador da guerra contra os muçulmanos. Para exemplificar, Mateus de Pisano (1385-146?) considerava legítima “a guerra de príncipe cristão contra infiéis”, quando esses estavam “usurpando o patrimônio [território] de Cristo” e conclui, assim, que não havia dúvida que era “lícito fazer guerra às gentes da África”.^{ix}

Um dos signos que alimentou o argumento de direito sobre a terra pode ser encontrado na própria etimologia do nome África, como alguns pensadores do cristianismo apontaram, dentre eles o bispo Isidoro de Sevilha (560-636).^x Sevilha exercitou em várias de suas obras a prática de examinar a etimologia das principais palavras envolvidas na discussão, mas foi no livro *Etimologias*, ao qual Isidoro de Sevilha teria se dedicado desde 615 d. C., que o bispo mais amplamente consolidou essa prática. Nesse livro que teve imensa circulação na Idade Média, Isidoro de Sevilha dedicou parte do texto a analisar a divisão das porções da terra. Em se tratando da África, retoma primeiramente o nome Líbia “porque ali sopra o vento Libs” ou porque “Epafo, filho de Júpiter e fundador de Mênfis no Egito, teve de sua mulher uma filha chamada Líbia”.^{xi} Líbia era a forma pela qual os antigos chamavam

a África, pois esta designação só mais tarde teria aparecido. O bispo considerou ainda que a origem do nome África poderia ser relacionada tanto com o excessivo calor – “algumas pessoas dizem que a África tem de ser equivalente a *Aprica* (exposta ao sol), porque é a céu aberto e sol e não sofre os rigores do frio” – quanto com uma explicação das sagradas escrituras: “o nome da África vem de um dos descendentes de Abraão e Quetura, chamado Afer”.^{xii} O cosmógrafo português Duarte Pacheco Pereira (146?-1533), no *Esmeraldo de Situ Orbis* (texto iniciado em 1505), perpetua esta última sugestão de Isidoro de Sevilha para justificar o nome da África:

[...] e o nome África se afirmou ser tomado de Afer, filho de Abraão, o qual, trazendo grande exército nesta parte e vencendo os habitantes dela, aqueles que depois a possuíram, Áferos foram chamados e, agora, Africanos: e por esta causa se crê que toda esta região África é chamada.^{xiii}

A remissão à história das sagradas escrituras para compor a construção do nome África, portanto, colaboraria para justificar e solidificar a noção de pertença dos cristãos a esse território. Outra interpretação destacada por Isidoro de Sevilha e que aparece nos cronistas dos séculos XV e XVI é a divisão do mundo: “o mundo está dividido em três partes, uma das quais se chama Ásia, outra Europa, e a terceira, África”.^{xiv} Isidoro de Sevilha deixa claro que, ao dividir o mundo dessa forma, resgata o pensamento antigo: “os antigos não dividiram de maneira homogênea essas três partes do mundo, a Ásia, no Oriente, estendia-se do meio-dia até o Setentrional; a Europa, por sua parte, desde o Setentrional até o Ocidente; e a África, finalmente, desde o Ocidente até o meio-dia”.^{xv}

D. Pedro de Barcelos (128?-135?), na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, primeira grande composição cronística portuguesa, relaciona a origem da Espanha com a divisão do mundo entre os filhos de Noé, contemplando “como foi o dilúvio de Noé e como suas as linhagens povoaram o mundo”, além de reafirmar a sua tripartição entre “Ásia, Europa e África”.^{xvi} Já na época da expansão portuguesa, o cronista e latinista quatrocentista Mateus de Pisano faz referência aos antigos e chama a atenção para um dos planos da superfície terrena: “à esquerda fica a Espanha, que é onde começa a Europa, **aquela das três partes do mundo** a que Júpiter deu o nome da filha de Angenor, rei dos Fenícios, por ele raptada, e que Europa se chamava”.^{xvii} O mesmo pode ser notado no texto de Duarte Pacheco que,

escrevendo contemporaneamente aos descobrimentos manuelinos, aponta que os antigos não conheciam a quarta parte do mundo que D. Manuel (1469-1521), o *Venturoso*, mandara descobrir,^{xviii} porém tenta conjugar os novos conhecimentos experienciados com os escritos cristãos e refere-se à distribuição do mundo entre os filhos de Noé:

[...] depois do universal dilúvio e total destruição, do qual, por divino privilégio, o santo Noé e seus filhos escaparam, sendo a terra descoberta das águas e elas recolhidas em seu lugar, por eles e sua geração foi possuindo todo o universo; e por esta causa se diz que Sem, seu primogênito, habitou a parte oriental, e Cam, a parte do meio dia, e Jafé a parte setentrional.^{xix}

Duarte Pacheco Pereira explica que, como eram três os irmãos, os antigos consideravam que a Terra era, por correspondência, dividida em três partes, de forma que não levavam em conta uma possível quarta parte, que apenas o testemunho da experiência, “que é madre das coisas, nos desengana e de toda a dúvida nos tira”,^{xx} veio revelar no século XVI. Essas referências supracitadas remetem tanto à Antiguidade Clássica quanto ao Antigo Testamento; na verdade, tratam de uma fusão dessas duas formas de pensar a origem dos continentes e agregam muitas vezes outros elementos. Segundo a mitologia helênica e latina, era comum a divisão da terra em três partes: Europa, Ásia e Líbia (África). Heródoto, por exemplo, foi um dos que ajudaram a fixar essa partilha. A mitologia greco-romana refere-se à Ásia como rainha – uma das *Oceânides*, segundo Hesíodo, na *Teogonia* –;^{xxi} à Europa como filha do rei de Tiro Agenor, raptada por Zeus em forma de touro; e à Líbia, como a mãe de Agenor^{xxii} – lenda, como vimos, lembrada por Mateus de Pisano. O mito do rapto da filha de Agenor juntou-se à ideia bíblica de distribuição do mundo entre a descendência dos três filhos de Noé: Sem, Cam e Jafé, que respectivamente receberam a Ásia, a África e a Europa – divisão igualmente considerada por Duarte Pacheco. Nota-se, dessa forma, que os cronistas podiam remeter à mitologia e/ou aos ensinamentos bíblicos, mas em qualquer dos casos retomavam a partilha tradicional das três partes do mundo observada nas confecções *cosmográficas*.

As representações *cosmográficas* medievais configuraram-se em importantes fontes para os cronistas na elaboração de suas descrições sobre o continente africano. Do século XII ao século XV, tais representações tentaram conciliar duas ideias tiradas em parte da cultura antiga e da Bíblia, ou seja, o mito bíblico da Terra

Plana e a noção grega de uma Terra Redonda. Vários pensadores e cosmógrafos tentaram escamotear as contradições entre essas duas concepções e propuseram a ideia de Terra Plana no nível do ecúmeno habitável e a de esférica apenas no nível da astronomia.^{xxiii} Duas sínteses na Idade Média permitiram conciliar essas duas noções, tendo sido construídas a partir de Crates de Malo (c. 160 a. C.), de Aristóteles (384-322 a. C.) e de ideias bíblicas. A síntese bíblico-cratesiana era conhecida na Idade Média através da obra de Macróbio. Nessa síntese, em uma esfera coberta na maior parte por água, representam-se quatro pequenas ilhas opostas. A vasta extensão do oceano impossibilitava qualquer comunicação entre os habitantes dessas ilhas. Em virtude da unicidade da humanidade oriunda de Adão e resgatada por Cristo, principal fundamento da doutrina cristã, os medievais foram levados a confinar a espécie humana em uma das ilhas e negar que as outras fossem habitadas, de forma que o pequeno ecúmeno cristão, perdido na superfície, aparecia como plano.^{xxiv} Já a síntese bíblico-aristotélica, cujo principal veiculador foi João de Sacrobosco, no *Tratado da Esfera* do início do século XIII, dava ao cosmos a forma de quatro esferas concêntricas, constituídas pelos quatro elementos e ordenando-as pela sua respectiva importância. Sacrobosco foi um dos raros pensadores medievais que explicaram a terra descoberta pelas águas por uma causa natural e não bíblica. A maioria explicava a Terra descoberta pelas águas a partir do Gênesis e do Salmo 103, em que no Terceiro Dia, Deus ordenou o ajuntamento das águas. Já Aristóteles acreditava que o mundo era formado muito mais por água e que a terra compunha uma zona mínima. Nas palavras de Sacrobosco, a partir das ideias aristotélicas,

a máquina universal do mundo divide-se em duas regiões, a do éter e a região dos elementos.

A região dos elementos, que está sujeita a uma continua alteração: divide-se por sua vez em quatro partes. A terra é como o centro do mundo; está situada no meio de todas as coisas. Em torno da terra está a água; em torno da água o ar; em torno do ar, está o fogo, puro e isento de agitações que, como dizia Aristóteles no livro dos Meteoros, atinge a orbe da Lua [...] Cada um dos elementos envolve a terra sob a forma de uma camada esférica, salvo onde a seca da terra coloca obstáculo à umidade da água, a fim de conservar a vida dos seres animados.^{xxv}

Esse frágil equilíbrio, aparentemente coerente, entre a ideia de Terra plana e esférica, passou a ser ameaçado, no final do século XV, com o avanço das navegações ibéricas no Atlântico para além do Equador e com o peso da experiência

assombrando as ideias antigas e bíblicas. No entanto, a experiência não substituiu completamente o conhecimento livresco. No século XV e início do XVI, portanto, é possível encontrar referências à bíblia, aos antigos e à experiência na forma como os homens tentavam entender tanto o espaço geográfico que o cercavam quanto o espaço longínquo.

Nesse sentido, pode-se admitir que o início do século XV foi marcado,^{xxvi} na cosmografia ocidental, pelo acesso à obra geográfica do alexandrino Cláudio Ptolomeu (90 d. C – 160 d. C.), denominada *Geografia*^{xxvii} – obra que se tornou uma referência para o período com inúmeras cópias por toda a Europa.^{xxviii} Nesse extenso texto, Ptolomeu representou o mundo com três continentes e com mares fechados, que não se comunicavam e em que a África constituía uma porção de terra bem menor do que posteriormente se viria a constatar, além de não ser considerada circunavegável.^{xxix} As navegações portuguesas pela costa africana, contudo, não entraram em conflito com as representações ptolomaicas, pelo menos no período em que D. Henrique era vivo. Os esboços dessa cosmografia, apesar de trazerem o oceano Atlântico como um mar fechado, considerando, portanto, impossível sua comunicação com o Índico, previam que se pudesse navegar pela costa da Guiné. A ideia de que a África não poderia ser contornada por mar é recorrente no século XV; no entanto, os limites considerados navegáveis sofreram constantes alterações no decorrer desse século. O navegador Luís de Cadamosto, por exemplo, descreve o Cabo Não como o ponto considerado seguro das primeiras navegações anuais henriquinas. D. Henrique, quando enviou as caravelas, mandou que seguissem

[...] até o cabo designado Cabo de Não, o qual assim vinha chamado e se chama até hoje. E este cabo era o termo aonde não se achava que ninguém que mais adiante tivesse passado jamais tornasse, e tanto assim que se diziam: *Cabo de Não, quem o passa ou tornará ou não*. De sorte que, até este cabo, foram as ditas caravelas, e dali não ousaram passar mais adiante.^{xxx}

Cadamosto narra ainda que, depois de chegar ao Cabo Não, no ano seguinte, o infante D. Henrique, desejando conhecer além, ordenou que suas caravelas “passassem o dito Cabo de Não”.^{xxxi}



Reprodução do Planisfério de Ptolomeu. Fonte: Biblioteca Nacional^{xxxii}

No final do século XV, as ideias de Ptolomeu começaram a ser colocadas à prova. Por exemplo, o almoxarife de Sintra, Diogo Gomes (1420?-1502?), no relato que fez, por volta de 1484, a Martim Behaim (1459-1507) acerca de suas viagens realizadas entre 1444 e 1460,^{xxxiii} diz ter viajado além dos territórios descritos por Ptolomeu, ou seja, para além da “região que era designada por Agisimba” e que passou “a ser chamada Guiné”.^{xxxiv} Diogo Gomes refere-se ainda à notoriedade de Ptolomeu ao mesmo tempo em que desmente seu pensamento: “estas coisas que aqui se escrevem damo-las com devida vênia do ilustríssimo Ptolomeu, que muito de bom escreveu acerca da divisão do mundo, mas nesta parte enganou-se”.^{xxxv}

Contudo, não se pode dizer que o pensamento ptolomaico foi deixado de lado. Mesmo com a passagem do Cabo das Tormentas ou da Boa Esperança, em 1488, por Bartolomeu Dias (1450-1500), e supostamente, trazendo à tona a possibilidade de comunicação entre os oceanos, o cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira considerava, entre 1505 e 1508, que o Atlântico era um “*mediterraneanum*”,^{xxxvi} ou seja, um mar no meio de terras.^{xxxvii} O cosmógrafo preferiu acreditar que a terra cercava o mar, o qual jazia dentro da concavidade central da terra. Concluindo, dessa forma, que:

[...] o mar oceano não é outra coisa senão uma muito grande lagoa, metida dentro na concavidade da terra, e a mesma terra e o mar, ambos

juntamente fazem uma redondeza, de cujo meio saem muitos braços que entram pela terra, que mediterrâneos são chamados, e que isto creiamos por verdade.^{xxxviii}

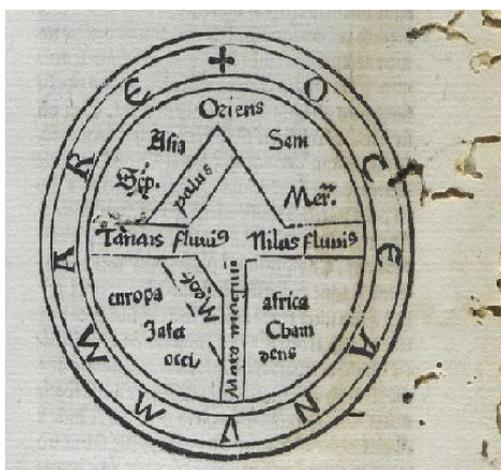
Em outras palavras, pode-se dizer que o testemunho da experiência dos navegadores não foi suficiente, no início do século XV e talvez por muito mais tempo, para substituir completamente os conhecimentos oriundos da mitologia antiga, dos textos bíblicos e de referências consagradas, como Ptolomeu, Isidoro de Sevilha e o próprio Aristóteles; além disso, é difícil saber a abrangência da divulgação dos novos conhecimentos adquiridos pelas navegações.^{xxxix}

Outro exemplo ainda mais tardio da veiculação e autoridade do pensamento ptolomaico encontra-se nos textos do cronista de meados do século XVI, João de Barros (1496-1570). Tal cronista, escrevendo na época em que os portugueses já tinham chegado à Índia, relembra os feitos henriquinos e aponta a importância das tábuas ptolomaicas para as navegações empreendidas pelo Infante:

O infante, vendo suas boas vontades, e conhecendo deles serem homens para qualquer honrado feito pela experiência que tinha de seus serviços, mandou-lhe armar um navio [...], e deu-lhes regimento que corresse a costa Berbéria e passassem aquele temeroso cabo Bojador, e que fossem descobrindo o que mais achassem: **aquela terra segundo mostravam as tábuas de Ptolomeu.**^{xl}

Essa intercalação entre o pensamento livresco dos antigos e religiosos e a experiência também é notável nas representações cartográficas. Dentre elas, uma expressão cartográfica da época mencionada pelos cronistas são os mapas-múndi. Tais mapas tiveram ampla divulgação no medievo, tendo sido muitas vezes considerados objetos de prestígio e valor para seus portadores e para quem os encomendava. Os mapas-múndi geralmente apresentavam uma “pintura do mundo” que não necessariamente obedecia às convenções geográficas, podiam tanto não representar toda a Terra quanto abarcá-la numa perspectiva cosmográfica global, a saber, a Terra no Universo. Ou seja, esses mapas tinham funções mais alegóricas do que propriamente geográficas e representavam, principalmente, o ecúmeno cristão de forma plana. As funções geográficas, por sua vez, cabiam às *Cartas Portulano* ou às *Cartas de Marear*, elaboradas para fins utilitários.^{xli} De 1406, data da tradução latina do texto ptolomaico, até 1500, *grosso modo*, os mapas-múndi seguiram a cosmografia de Ptolomeu na figuração de apenas três continentes habitados; contudo, além dessa referência, outros tipos de representação espacial

foram significativas durante a Idade Média, mas também levavam em conta apenas três continentes ocupados.^{xlii} O tipo de mapa mais comumente encontrado em todo o período medieval, incluindo-se o século XV, é o tripartido esquemático.^{xliii} O exemplo mais típico é o de Santo Isidoro de Sevilha, cujo original não sobreviveu. Nessa representação esquemática, o oceano rodeava como um grande **O** circular os três continentes, Europa, Ásia e África, separados pelo Mediterrâneo e os rios Don e Nilo que, juntos, compunham o formato da letra **T**. Nesse tipo de mapas, normalmente a cidade de Jerusalém aparecia situada no centro – simbolizando sua importância religiosa – e o Paraíso, a Leste, onde o sol nasce. É possível considerar que a forma circular do Oceano, que englobava as partes do mundo, estivesse associada à perfeição de Deus. No interior do mapa, o **T** vinculava-se à cruz e, ao mesmo tempo, a tripartição do mundo remetia ao dogma da Santíssima Trindade e da divisão do mundo entre os filhos de Noé. Somava-se a essas referências cristãs dos mapas tripartidos esquemáticos a noção greco-latina de que o Mediterrâneo tinha um papel central e dividia os quatro cantos do mundo – Ásia (dois cantos), Europa e África. E a noção de Oceano circular podia ser encontrada, por exemplo, em Homero (século VIII a. C.).^{xliv}



Isidoro de Sevilha, Mapa em T-O. Fonte: Biblioteca Nacional^{xlv}

Alguns mapas-múndi, a partir do século XV, apesar de não terem a preocupação de manter um rigor geométrico na representação do mundo e possuírem figurações com funções alegóricas e abstratas, a que se juntavam abundantes informações escritas, começaram a incorporar orientações dos espaços mediterrâneos que as *Cartas Portulano* registravam. As *Cartas Portulano*, por sua

vez, surgiram por volta do século XIII, sendo o primeiro exemplar hoje conhecido a *Carta Pisana*, produzida entre 1270 e 1300. Diferentemente dos mapas-múndi, que pertenciam a uma tendência cartográfica erudita, as *Cartas Portulano* surgiram das necessidades dos navegadores do Mediterrâneo, com fins fundamentalmente práticos. Além disso, os mapas-múndi faziam parte de uma tendência que buscava retratar essencialmente aspectos terrestres, já as *Cartas Portulano* foram elaboradas a partir da experiência de navegadores e para auxiliá-los. A grande peculiaridade das *Cartas Portulano* era a indução a necessidades náuticas e hidrográficas que se articulavam com roteiros (portulanos) de viagem. As cartas acabavam por ser uma representação gráfica desses roteiros.^{xlvi} As primeiras *Cartas Portulano* conhecidas eram, provavelmente, de origem italiana ou maiorquina. Elas conseguiam representar, com certa precisão, o traçado da costa em torno dos mares Mediterrâneo e Negro, ao longo do Norte atlântico do Marrocos e, com algumas irregularidades, a costa do norte atlântico europeu, de Portugal à Rússia. Buscando indicar os principais rumos a seguir de acordo com os ventos e conferir denominações abundantes, de natureza geográfica, política e comercial, ao longo das costas,^{xlvii} tais cartas foram responsáveis pela divulgação de conhecimentos mais precisos sobre a costa mediterrânea do Marrocos, como a posição dos portos e fortalezas.

Em Portugal, essas cartas náuticas com fins práticos receberam o nome de *cartas de marear*. As primeiras delas utilizadas em Portugal eram de fabrico estrangeiro, italiano ou catalão. Todavia, no tempo do infante D. Henrique, segundo informa Duarte Pacheco Pereira, teria vindo instalar-se no reino “um Mestre Jácome, mestre de cartas de marear, na qual ilha [Maiorca] primeiramente se fizeram as ditas cartas”,^{xlviii} e tal mestre teria sido responsável por ensinar a confeccionar *cartas de marear* “àqueles de quem os que em nosso tempo vivem aprenderam”.^{xlix} As *cartas de marear* conjugavam muitas vezes os ensinamentos das *Cartas Portulano*, dos mapas-múndi medievais cristãos e das noções ptolomaicas com novos conhecimentos oriundos da navegação astronômica e da experiência náutica, elaborando-se assim cartas adequadas ao Atlântico, considerado um mar mais turbulento e incerto do que o Mediterrâneo.



Carta de marear de Pedro Reinel de 1490.ⁱ

Os escritores do século XV descrevem que os próprios navegadores elaboravam e/ou incrementavam as *cartas de marear*. Luís de Cadamosto, por exemplo, narra essa prática nas suas viagens à costa africana:

Correndo, pois, com vento largo, pela dita costa, seguindo a nossa viagem para o Sul, descobrimos a boca de um rio, com a largura, talvez, de um tiro de arco, o qual rio se chama o rio dos Barbacins; e assim está designado na carta de marear, feita por mim, não só deste país como da viagem.ⁱⁱ

Zurara conta que o Infante D. Henrique foi responsável por mandar reformular alguns pontos das *cartas de marear* que não condiziam com as novas experiências de seus empreendimentos:

[...] porque tinham em suas cartas que eram praias tão baixas, que a uma légua de terra não havia mais que uma braça de água; o que se achou por contrário, pois os navios tiveram e têm assaz de altura para seu marear, tirando certos baixos, e assim se fez nas habitações que aí há em certas restingas, segundo **agora achareis nas cartas de marear que o Infante mandou fazer.**ⁱⁱⁱ

Nessa passagem, o cronista atribui ao infante D. Henrique a suposta

preocupação em registrar em “cartas de marear” a experiência pela qual passavam os portugueses nas terras e mares da costa da África e com isso fixar os novos conhecimentos, uma vez que o testemunho da experiência, para Zurara, seria uma das melhores formas de justificar e dar a conhecer as novas coisas.^{liii} Zurara ainda chama atenção para as figurações dos mapas-múndi que também não correspondiam à experiência dos navegadores com as coisas que eles tinham visto:

E é de saber que o que se sabia ao certo da costa do mar grande, eram seiscentas léguas, e são acrescentadas sobre elas estas quatrocentas e cinquenta; e o que se mostrava no mapa-múndi, quanto ao desta costa, não era verdade, pois pintavam senão a aventura; mas isto que agora é posto nas cartas, foi cousa vista por olho, segundo já tendes ouvido.^{liv}

Zurara apresenta nessa passagem a supremacia das cartas de marear em relação aos mapas-múndi, ao retratar mais fielmente os caminhos navegáveis. Tal supremacia se dava, na época do cronista, pela autenticidade atribuída ao que tinha sido visto, ou seja, registrado pela experiência e pela função utilitária das *Cartas de Marear*, que eram instrumentos de navegação e acompanhavam os navegadores em suas viagens. O que não ocorria com os mapas-múndi que, muitas vezes, possuíam composições de dimensões inapropriadas para se levar num navio, e eram elaborados com os referidos objetivos alegóricos e não instrumentais. As *cartas de marear*, apesar de buscarem certa precisão espacial na representação das distâncias marítimas e no detalhamento do perfil costeiro a ser percorrido pelos navegadores, não eram totalmente alheias às considerações dos mapas-múndi medievais. Muitos exemplares desse tipo de representação cartográfica traziam frequentes alusões e desenhos de motivos, tais como o do Preste João – vasto e poderoso império cristão senhoreado por um rei-sacerdote – ou dos quatro rios do Paraíso, *topoi* no período das navegações henriquinas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luís de. *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Vega, 1991.

_____. (org.). *O confronto do Olhar*, Lisboa: Caminho, 1991. Lisboa: Caminho, 1991.

ALBUQUERQUE, Martim de. *Estudos de Cultura Portuguesa*. v. 1. Lisboa: Imprensa

- Nacional e Casa da moeda, 1983.
- BARROS, João de. *Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1988.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*. v. 1. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Notas e tradução de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988.
- CORTESÃO, Armando. *Cartografia portuguesa e a Geografia de Ptolomeu*. Lisboa: Academia de Ciências, 1964.
- CORTESÃO, Jaime, *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1996.
- Crónica Geral de Espanha de 1344*. CINTRA, Luís Felipe Lindley (ed.). v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1964.
- FARINHA, António Dias. Norte de África. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*. v. 1. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A expansão quatrocentista portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2007.
- HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- HORTA, José da Silva. A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos. In: ALBUQUERQUE, Luís de (org.). *O confronto do Olhar*. Lisboa: Caminho, 1991.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1987.
- MOLLAT, Michel. *Los exploradores del siglo XIII al XVI*. Primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988.
- PISANO, Mateus de. *Livro da Guerra de Ceuta*. PINTO, Roberto Correia (ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.
- RANGLES, W. G. L. *Da Terra Plana ao Globo Terrestre: uma mutação*

- epistemológica rápida (1480-1520). Campinas: Papyrus, 1994.
- RUSSEL, Peter. *Henrique, O Navegador*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.
- SAN ISIDORO DE SEVILHA. *Etimologías*. Organização, tradução e notas de José Oroz Reta. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, Oliveira A H. *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1998.
- SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*. Edição crítica de Aires do Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- VICENTE, Gil. Tragicomédia de Exortação da Guerra. In: _____. *Copilaçam de Todas as Obras de Gil Vicente*. Introdução e normalização de Maria Leonor Carvalhão Buescu. v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984.
- ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*. PEREIRA, Francisco Maria Esteves (ed.). Coimbra: Academia das Ciências de Lisboa, 1915
- _____. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*. Paris: J. P. Aillaud, 1841.

NOTAS

ⁱ Atualmente, é bolsista recém-doutora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculada ao Mestrado Profissional em Patrimônio (PEP), e Pesquisadora residente da Fundação Biblioteca Nacional, pelo Programa Nacional de Apoio a Pesquisadores Residentes (PNAP-R). É doutora em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP/Campus de Franca. E-mail: katiamichelelan@yahoo.com.br

ⁱⁱZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*. Paris: J. P. Aillaud, 1841.

ⁱⁱⁱIbid., p. 46.

^{iv}ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 46.

^vFARINHA, António Dias. Norte de África. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*. v. 1. Lisboa: Temas e Debates, 2008. p. 118.

^{vi}ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*. PEREIRA, Francisco Maria Esteves (ed.). Coimbra: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 10.

^{vii}VICENTE, Gil. Tragicomédia de Exortação da Guerra. In: _____. *Copilaçam de Todas as Obras de Gil Vicente*. Introdução e normalização de Maria Leonor Carvalhão Buescu. v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, p. 176-177.

^{viii}HORTA, José da Silva. A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos. In: ALBUQUERQUE, Luís de (org.). *O confronto do Olhar*, Lisboa: Caminho, 1991. Lisboa: Caminho, 1999, p. 50.

^{ix}PISANO, Mateus de. *Livro da Guerra de Ceuta*. PINTO, Roberto Correia (ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, p. 09-10.

^xEssa noção pode ser encontrada em Santo Agostinho e Paulo Osório, dentre outros. Cf. ALBUQUERQUE, Martim de. *Estudos de Cultura Portuguesa*. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1983, p. 267.

^{xi}SAN ISIDORO DE SEVILHA. *Etimologías*. Organização, tradução e notas de José Oroz Reta. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 1019. [Tradução minha]

^{xii}Ibid., p. 1019. [Tradução minha]

^{xiii}PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988, p. 23.

^{xiv}SAN ISIDORO DE SEVILHA. *Etimologías*, p. 999. [Tradução minha]

^{xv}Ibid., p. 999 [Tradução minha].

^{xvi}*Crónica Geral de Espanha de 1344*. CINTRA, Luís Felipe Lindley (ed.). v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1964, p. 8-9.

^{xvii}PISANO, Mateus de. *Livro da Guerra de Ceuta*, p. 4. [Grifos meus]

^{xviii}ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc. Cartografia e Viagens. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*, p. 29.

^{xix}PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 22.

^{xx}Ibid., p. 20.

^{xxi}Cf. HESÍODO. *Teogonia*: a origem dos deuses. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995, p. 99.

^{xxii}Cf. ALBUQUERQUE, Martim de. *Estudos de Cultura Portuguesa*, p. 266

^{xxiii}RANGLES, W. G. L. *Da Terra Plana ao Globo Terrestre*: uma mutação epistemológica rápida (1480-1520). Campinas: Papirus, 1994, p. 11-12.

^{xxiv}Ibid., p. 12.

^{xxv}SACROBOSCO, JOÃO DE. *La Sphère de Jean de Sacrobosco*. Paris: 1576, p. 99. apud. Ibid., p. 13.

^{xxvi}Ver: ALBUQUERQUE, Luís de. *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Vega, 1991. p.11; MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1987. p.51; ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc. Cartografia e Viagens. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*, p. 29.

^{xxvii}Num primeiro momento, a obra geográfica de Ptolomeu foi traduzida para o latim como *Cosmografia* (com uma etimologia incorreta), pois não havia uma palavra em latim correspondente a *Geografia* (se existia era muito pouco utilizada). Desse modo, os primeiro códices latinos receberam o nome de *Cosmografia*, e mais tarde foi traduzida corretamente com o nome *Geografia*. Cf. ALBUQUERQUE, Luís de. *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses.*, p. 11; MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*, p.51.

^{xxviii}Cf. Data do ano de 1406 a tradução para o Latim da *Geografia* de Ptolomeu, mas, sem dúvida, com a invenção da imprensa, por volta de 1455, foi ampliada a difusão do texto ptolomaico. Data do ano de 1475 a primeira cópia impressa do texto, porém ela não continha as 27 cartas. Cf. Ibid., p. 11; *ibid.*, p.51.

^{xxix}O longo relato era amparado por 27 cartas: uma delas apresentava-se como uma carta geral que retratava o mediterrâneo e uma porção do Oriente até o Índico; já as restantes eram cartas particulares e regionais dos espaços incluídos na carta geral. Deve-se levar em conta que nem todas as cópias da *Geografia* traziam as 27 e que não é consenso entre os historiadores que elas tenham sido elaboradas por Ptolomeu. No entanto, o que interessa é que no século XV grande parte das cópias da *Geografia* apresentava as tais cartas. Dentre eles, CORTESÃO, Armando. *Cartografia portuguesa e a Geografia de Ptolomeu*. Lisboa: Academia de Ciências, 1964; GODINHO, Vitorino Magalhães. *A expansão quatrocentista portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2007. Alguns historiadores são mais amenos nessa colocação e apresentam somente as modificações das cartas, como: MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*, p. 51.

xxx CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Notas e tradução de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, p. 85.

xxxi CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 85.

xxxii SCHNITZER, Johann. [Planisfério]. In: Claudii Ptolomei viri Alexandrini Cosmographiae. Ulme [Alemanha]: Per provisorum suum Johannem Reger, 1486. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart986513/cart986513_120v.html>. Acesso em 25 jul. 2015.

xxxiii O historiador Michel Mollat acredita a despeito da autoria do relato que: Diogo Gomes talvez começou a redação de seu *Primer descubrimiento de Guinea* seis anos depois de sua terceira viagem [1460]; mas a maior parte foi transmitida por terceiros, competentes por certo. Entre 1482-1490, Martim Behaim havia recompilado oralmente, e talvez complementado as recordações do octogenário; Valentim Fernandes, a princípios do século XVI, os havia traduzido para o latim e incluído em um célebre manuscrito relativo aos descobrimentos. MOLLAT, Michel. *Los exploradores del siglo XIII al XVI*. Primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 47

xxxiv Cf. SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimiento Primeiro da Guiné*. Edição crítica de Aires do Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 51.

xxxv Ibid., p. 63.

xxxvi PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 18.

xxxvii ALBUQUERQUE, Luís de. *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses*, p. 26.

xxxviii PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 21.

xxxix A despeito da pouca divulgação dos novos conhecimentos adquiridos com a expansão, alguns historiadores defenderam que houve em Portugal uma política de sigilo sobre os descobrimentos portugueses, para evitar a concorrência com outros reinos, principalmente, Castela. O maior representante dessa corrente de pensamento foi o historiador português Jaime Cortesão. Outros historiadores pronunciaram a respeito e consideraram não ser possível falar de uma política de sigilo, pelo menos no século XV, e a ausência de informações sobre a saída portuguesa além-mar se justificaria, pois narrar os possíveis descobrimentos não seria o interesse do período que glorificava os monarcas a partir de outros parâmetros. Dentre os historiadores que levaram em conta esses aspectos, destaca-se Luís de Albuquerque. Cf. CORTESÃO, Jaime, *A Política de Sigilo nos Descobrimientos*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1996; ALBUQUERQUE, Luís de. *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimientos Portugueses*, 1990.

x BARROS, João de. *Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda. 1988, p. 14.

xi ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc. Cartografia e Viagens. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*, p. 31.

xii ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc. Cartografia e Viagens. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*, p.31.

xiii Além desse tipo dominante de mapas, outros tipos circularam no período medieval, como, por exemplo, os *tripartidos não esquemáticos*, que mantinham os três continentes habitados dos mapas T-O, mas não possuíam a mesma rigidez: nem sempre Jerusalém encontrava-se no centro e o Paraíso a Leste; o *mapa zonal de Macróbio* (395-436) que não se prendeu aos ensinamentos da Igreja, desse modo, não tinha preocupação em representar o Paraíso ou as cidades principais do cristianismo, mas apenas ser coerente com a filosofia greco-romana. Tal mapa apresentava o esquema quadripartido, com o oceano circundando e correndo em direção contrária, a partir de um oceano principal na zona tórrida que dividia as zonas setentrional e astral, sendo habitada somente a setentrional; e o *mapa-múndi quadripartido do Beato de Liébana* (730-798) que se caracterizava por apresentar a forma oval. A diferença principal é a introdução de um quarto continente, porém desabitado pelo excessivo calor. Cf. Ibid., p. 29-30.

xiv MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*, p. 33-34.

^{xlv} ISIDORIO DE SEVILHA, Santo. Mapa T-O. IN: _____> Etymologiarum. Impressum Venetijs: Petru[m] Loslein de Longencen, 1483. Disponível em:

< http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813155/or813155.jpg>. Acesso em 25 jul. 2015.

^{xlvi}Cf. MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*, p. 40

^{xlvii}A técnica inventada consistia em inscrever a vermelho e negro, segundo a importância, os nomes dos portos, tendo em conta as suas distâncias realmente conhecidas, sobre um plano de linhas dispostas em estrela seguindo as direções dos ventos e dos pontos cardeais, em circunferências tangentes entre si e divididas em zonas de vento. Apesar de não terem as graduações de latitude e longitude, apresentavam escalas em milhas para a avaliação das distâncias. Existiam por vezes *Cartas Portulano* requintadas, desenhadas a cores, sobre pergaminho e com iluminuras. No entanto, as que eram levadas nos navios tratavam-se de cópias e nelas eram acrescentadas as correções oriundas da prática de navegação. Cf. MOLLAT, Michael. *A Europa e o mar*. Lisboa: Presença, 1993. p. 51; MARQUES, Oliveira A H. A expansão quatrocentista. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, Oliveira A H. *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 188.

^{xlviii}PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 120.

^{xlix}PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis.*, p. 120.

^l REINEL, Pedro. Portugal, 1490. Apud. RUSSEL, Peter. *Henrique, O Navegador*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

^{li}CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 148.

^{lii}CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 204 [Grifos meus].

^{liii}BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*, p. 438.

^{liv}ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 372.

Received on July 29, 2015.

Accept on August 12, 2015.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.